



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44



UGPJQTGU'CEIQPKVCU."

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia S.A., acompanhadas do Relatório de Administração, referentes ao exercício de 2011, os quais foram elaborados em consonância com as normas definidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

1. Contextualização

1.1 Banco da Amazônia: sete décadas dedicadas à Região

Criado no ano de 1942 com o nome de Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Banco da Amazônia, hoje, tem a missão precípua de “criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente” tendo como foco de atuação a promoção do desenvolvimento econômico e social da Região.

Durante a sua existência, o Banco se mantém como principal agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica na construção de um padrão de vida com qualidade, compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades que a Amazônia oferece, alinhado às políticas do Governo Federal, estados e municípios.

O compromisso da Instituição com o desenvolvimento sustentável possibilitou o redirecionamento de sua forma de atuação, a qual passou do tradicional para o sustentável, buscando inserir a economia regional nos mercados nacional e internacional, mediante a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, dentre outros.

O Banco continua a focar suas ações nos planos políticos e programas de governo, como a Política Nacional de Reforma Agrária, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Política Nacional de Turismo e Operação Arco Verde, entre outras.

1.2 Cenário econômico

Após um primeiro semestre de crescimento econômico anualizado na ordem de 4,9%, a economia brasileira diminuiu bastante seu ritmo de expansão na segunda metade do ano, respondendo às políticas econômicas contracionistas implementadas pelo Governo naquele momento. Em período imediatamente anterior, o Produto Interno Bruto (PIB) permaneceu inalterado no terceiro trimestre, ao passo que no resultado acumulado de quatro trimestres houve variação de 3,7%.

A produção da indústria nacional reduziu o ritmo ao longo do ano. Por sua vez, a Balança Comercial brasileira encerrou 2011 com superávit 47,9% superior ao do ano passado. O saldo de US\$27,790 bilhões foi derivado de uma corrente de comércio com recódes tanto no lado das exportações quanto nas importações, US\$256,041 e US\$226,251 bilhões, respectivamente.

Apostando em um aprofundamento da crise econômica da Europa e seus reflexos na economia nacional, o Comitê de Política Monetária (COPOM), em reunião de 31.08.2011, iniciou um ciclo de redução na taxa básica de juros, mesmo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em doze meses em trajetória ascendente e acima da meta de inflação estabelecida pelo Governo. Desde então a meta da taxa SELIC foi reduzida em 150 pontos-base, saindo 12,5%a.a. e encerrando 2011 em 11%a.a.

Esse movimento reduziu o custo de captação dos bancos, que se refletiu em menores taxas pagas pelos tomadores de crédito. Por outro lado uma SELIC menor impacta na rentabilidade da carteira de tesouraria das instituições financeiras.

2. Programas e ações desenvolvidas

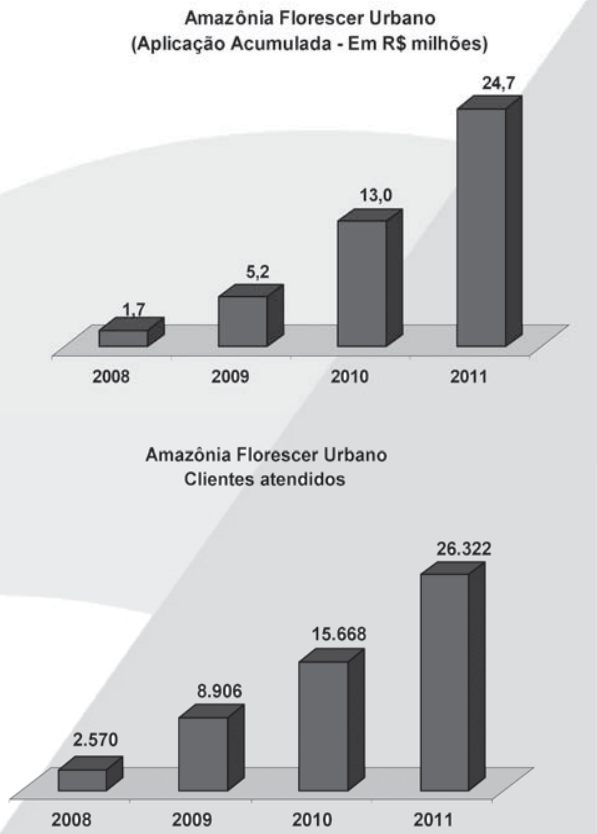
A gestão do novo modelo de financiamento implementado pelo Banco tem como pressuposto básico a concertação tripartite do ambiente no qual estão inseridas as atividades produtivas de cada estado. Isso supõe que os agentes que atuam no processo de desenvolvimento regional (governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada) devem caminhar na mesma direção e articuladamente, de maneira a potencializar os resultados a serem alcançados e construir um processo de desenvolvimento sinérgico e duradouro.

2.1 Programa de Microcrédito Produtivo Orientado - AMAZÔNIA FLORESCER

Em 2011, o Microcrédito Produtivo Orientado teve um grande impulso no Brasil com o lançamento do Programa CRESCER pelo Governo Federal para estimular o mercado microfinanceiro e o empreendedorismo popular. Neste cenário favorável, o Banco manteve a disponibilização do Programa de Microfinanças, denominado Amazônia Florescer, o qual visa atender, através da concessão e acompanhamento do crédito, os empreendedores populares e agricultores familiares, promovendo a inclusão financeira e a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento com equidade social e sustentabilidade econômica na região da Amazônia Legal.

Acompanhando a política do governo federal, o Banco expandiu o programa Amazônia Florescer, em que foram abertas oito unidades de microfinanças, sendo três na vertente urbana (Santarém-PA; Castanhal-PA; e Manaus-AM) e cinco na vertente rural (Capanema-PA; Macapá-AP; Pedreira-PA; Santarém-PA e Tailândia-PA).

O volume de aplicação ficou na ordem de R\$12 milhões, crescimento de 105,22% em relação a 2010. Alcançou o montante de R\$24,7 milhões ao longo de quatro anos de sua existência, sendo beneficiados 10.654 clientes, com um acumulado de 26.322 clientes.



A sustentabilidade é um desafio encarado com grande responsabilidade pelo Amazônia Florescer. Sua missão vai muito além de permitir o acesso ao crédito. O Banco quer ser um grande parceiro apoiando o empreendimento de seus clientes.

Para o alcance desse objetivo, é fundamental a capacitação continuada de todos os envolvidos com o programa. Para isso o programa contou com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que disponibilizou recursos financeiros para o desenvolvimento da gestão organizacional e estratégica do programa e para a formação dos recursos humanos diretamente envolvidos com o processo de concessão e acompanhamento do crédito (capacitação em análise da necessidade de investimento; gestão em microfinanças e oficina administrando a inadimplência).

Outro aspecto importante foi fidelizar e valorizar os clientes do programa com a realização de ações rotineiras de entrega de “Certificados de Boas Práticas de Gestão” aos clientes com pagamentos do crédito em dia; de confraternização “Café com o Cliente”, visando a captação de novos clientes; e de realização do 1º Encontro Anual de Coordenadores de Grupo Solidários.

2.2 Projetos de reflorestamento

Cerca de R\$43 milhões foram aplicados pelo Banco da Amazônia em projetos de reflorestamento e manutenção da floresta amazônica, por meio do FNO-Biodiversidade, que tem como fonte de recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que é voltado para a implantação, ampliação, modernização, reforma e realocização de empreendimentos que privilegiem o uso de recursos naturais, utilizando as boas práticas de manejo.

A linha FNO-Biodiversidade beneficia produtores rurais, populações tradicionais da Amazônia não contemplados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (PRONAF) e pessoas jurídicas que tenham a sede da administração no País e sejam organizadas em conformidade com a lei brasileira.

O Banco da Amazônia foi agraciado com o prêmio internacional ALIDE VERDE, pelo trabalho desenvolvido com o programa FNO-Biodiversidade. A premiação ocorreu durante a 41ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral da Associação Latinoamericana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE) que reúne 80 membros da América Latina e Caribe. O prêmio foi entregue ao presidente do Banco, Abidias Junior, no Hotel Sheraton-Asunción, em Assunção, no Paraguai.

O prêmio ALIDE VERDE tem por objetivo principal o reconhecimento das iniciativas dos bancos de desenvolvimento da América Latina e Caribe, que contribuem para o desenvolvimento econômico e social e que também visam ao progresso em conjunto com a preservação do meio ambiente.

2.3 Apoio à Assistência Técnica

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Banco da Amazônia envida esforços que possibilitam a execução da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

No desenvolvimento de ações voltadas ao apoio dos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), foram firmados convênios de repasse de recursos com os estados do Acre, Pará, Rondônia, Tocantins e Amazonas, este último com convênio ativo, ainda em fase de liberação de recursos.

Os recursos disponibilizados pelo Banco, de natureza não reembolsável, no valor de R\$3 milhões, são investidos no fortalecimento da infraestrutura física dos Órgãos de ATER (aquisição de carros, motocicletas, embarcações e equipamentos diversos como computadores, GPS, entre outros) e capacitação de técnicos e produtores rurais, a fim de qualificar o crédito da Agricultura Familiar e melhorar os serviços de extensão rural.

3. Carteira de Fomento

Com sua missão de ser o principal agente financeiro do Governo Federal para promover o desenvolvimento da Região Amazônica, o Banco da Amazonia S.A. dispõe de recursos financeiros específicos para essa finalidade.

Esses recursos denominam-se de fomento, os quais são compostos entre outros, por recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), fonte mais expressiva em volume e setores/segmentos beneficiados, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), além de recursos de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e do Orçamento Geral da União (OGU).

Em 2011, o volume de crédito de fomento contratado alcançou o montante de R\$2.510,3 milhões, sendo liberado R\$2.866,7 milhões, envolvendo contratações de exercícios anteriores.

3.1 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) é a principal fonte para promover o desenvolvimento humano, econômico e social das comunidades locais, atendendo projetos de agricultura e pecuária de pequena, média e grande escalas, microempresas voltadas às exportações e negócios nos setores mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infraestrutura, comercial e de serviços que maximizem resultados socioeconômicos, com baixo impacto ambiental.

No exercício de 2011, foram contratados, com recursos do FNO, 32.064 operações de crédito no valor total de R\$1.870,2 milhões. As atividades de menor porte (micro e pequenas empresas e mini e pequenos produtores rurais) demandaram o maior número de contratações, correspondendo a 31.299 operações realizadas (98% do total). Cabe destaque para os empreendimentos dos pequenos agricultores de base familiar e as operações de microfinanças, tendo sido contratadas 28.271 operações (88% do total). Houve aporte de R\$428,1 milhões, dos quais R\$426,3 milhões somente para as operações do PRONAF, com 27.356 contratos.

Para empreendedores individuais, correspondendo a 217 contratos, foram alocados R\$970,8 mil.

As atividades do setor rural demandaram 40% dos financiamentos (R\$747,2 milhões) e 92% das operações contratadas (29.258 contratos), com destaque para as operações do PRONAF, com R\$426,3 milhões em 27.356 operações e as operações do segmento agropecuário, com 1.168 operações, no valor total de R\$270,6 milhões. Nos demais setores, destaque para a infraestrutura, com a contratação de cinco projetos no valor total de R\$503,2 milhões e as atividades de comércio e prestação de serviços, com 1.960 operações de crédito no valor total de R\$382,6 milhões.

Os estados que mais demandaram recursos do FNO foram, na ordem, Amazonas com R\$533,3 milhões (29%), Rondônia com R\$459,2 milhões (25%) e Pará com R\$407,9 milhões (22%). Em termos de contratações, constata-se o estado do Pará com o maior número de contratos, 14.176 operações realizadas (44%), seguido por Tocantins com 5.942 operações (19%) e Amazonas com 5.179 operações (16%).